

A ArpinSudeste na COP 30: O movimento indígena organizado frente às disputas pelo “desenvolvimento”

Maria Clara Oliveira Bellotti (UFF-RJ)¹

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Movimento indígena organizado; Governança climática global.

Estive durante três dias na COP 30 acompanhando a delegação da ArpinSudeste (Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste), a partir dessa experiência, faço aqui uma reflexão sobre a atuação do movimento indígena organizado nessa arena internacional, procurando apontar para as dificuldades de incidência do movimento nos debates que ocorreram na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e suas estratégias para enfrentá-las, assim como para os atravessamentos de um certo modelo de Desenvolvimento nesse espaço de disputa e suas implicações para a atuação desse movimento social indígena.

A delegação, com o recurso que lhe chegou através da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e do Ministério dos Povos Indígenas, optou por levar 44 pessoas de ônibus de São Paulo até Belém, ao invés de irem de avião com menos pessoas, considerando que a representação dos povos indígenas do Sudeste seria mais substancial com a presença de uma grande delegação com pessoas de vários dos territórios de abrangência da organização e da juventude associada a ArpinSudeste. No final, foram três dias de ida, três dias de volta e três dias de participação no evento (de sexta à segunda, com o domingo de folga). A conferência é palco de um encontro entre setores de interesses dicotômicos com relação às ações de contenção às mudanças climáticas: O pacto de governança global das Nações Unidas, grandes corporações e sociedade civil (ONGs e Movimentos Sociais). Sendo assim, desde o primeiro momento de planejamento e mobilização, se apresentaram muitas das questões que voltariam a aparecer durante toda minha participação na COP 30: As contradições inerentes a esse grande evento e as disputas e dificuldades internas ao movimento indígena organizado.

No contexto de um Governo tido como “favorável” à causa indígena, em que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) esteve próximo ao movimento para garantir “a maior participação indígena na história das COPs”, as contradições se acentuam: Tivemos no ano

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

do evento o leilão dos lotes de petróleo na foz do rio Amazonas e o avanço da concessão para hidrovia no Tapajós. Não somente, as estratégias de luta dos agentes múltiplos que compõem o movimento indígena organizado no Brasil divergem em sua aproximação (ou não) ao governo, terceiro setor e, por vezes, grandes empresas; revelando um campo complexo e de difícil navegação.

Como apontou Maristela Svampa no livro *Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo* (2023):

No Brasil o desenvolvimentismo constituiu uma espécie de DNA para diferentes correntes políticas, independentemente do seu signo ideológico, desde Getúlio Vargas até o lulismo, passando por Kubitschek, a longa ditadura militar, o governo de Fernando Henrique Cardoso. O caráter consensual de tal desenvolvimentismo explica que a discussão sobre seus impactos tenha chegado mais tardiamente no Brasil em relação aos demais países latino-americanos (Svampa, 2023, p. 13)

Essa interpretação nos ajuda a melhor compreender o que estava em jogo na COP 30 no Brasil. No país, o desenvolvimentismo atravessa a política da direita à esquerda, constituindo, na verdade, base importante para os governos do PT desde a primeira eleição de Lula. O *Desenvolvimento* passou a significar a saída da pobreza, da fome e das desigualdades vivenciadas no chamado “terceiro mundo”, assim, o paradigma da soberania e crescimento econômico do país foi depositado sob a exploração dos “recursos naturais” de nossos territórios:

A nascente institucionalidade internacional em torno da questão do desenvolvimento, ao mesmo tempo, introduzia a noção de “subdesenvolvimento” para referir-se aos países “atrasados”, termo relativamente novo na linguagem econômica e política. Costuma-se afirmar que esse discurso constituiu um divisor de águas político e simbólico, pois, dali em diante, as distâncias econômicas, sociais e políticas entre os diferentes países se expressariam na contraposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Enquanto o subdesenvolvimento — no qual viviam bilhões de pessoas — se tornou uma condição indigna da qual era preciso escapar, o desenvolvimento se tornou um valor universal, homogêneo, grande objeto de desejo e nova mitologia do Ocidente (Esteve, 1996).” (Svampa, 2023, p. 150)

Entendemos que no cenário da governança global do clima está posta a disputa pelo sentido dessa categoria tão frequentemente mobilizada nesse cenário: “Desenvolvimento” e, no fundo, a disputa por distintas compreensões e interesses quanto à relação entre natureza e

humanidade. A presença e atuação do movimento indígena organizado nessa arena acentua as contradições intrínsecas à negociação entre sociedade civil, grandes corporações, Estado e diplomacia sobre as mudanças climáticas; argumentamos aqui que a contradição é também interna a organização dos movimentos sociais indígenas enquanto navegam sua participação nesse complexo cenário.

O cenário da COP 30 para a ArpinSudeste:

Antes de qualquer coisa, vale apresentar a delegação que acompanhei na COP. A ArpinSudeste é uma articulação entre lideranças de aldeias no Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, a organização é composta por uma coordenação eleita em assembleia e a “base” de pessoas indígenas engajadas com as atividades da organização em qualquer dos territórios associados e em contexto urbano, na cidade de São Paulo. Para Belém, foram 44 representantes da articulação: toda a coordenação e pessoas “da base” que se interessaram em estar presentes, incluindo a “juventude” que foi fortemente encorajada a ir para que pudessem aprender com as lideranças² mais velhas. A articulação tem membros das etnias: Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Tupi-Guarani, Terena, Pataxó Hãhãhãe, Krenak, Kaimbé, Fulni-ô e Pankararé, sendo as aldeias associadas principalmente dos povos Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Tupi-Guarani, Terena e Pataxó Hãhãhãe e as demais pessoas de contexto urbano.

Eu acompanho a organização desde 2024, quando fui a uma reunião da coordenadora do contexto urbano no IPHAN em São Paulo para um exercício de observação na graduação em Ciências Sociais. Desde então, acompanho as reuniões da coordenação, ajudo em algumas atividades administrativas como redação de ofícios, prestação de contas e inscrição em editais de financiamento e participo de alguns dos eventos que fazem parte da agenda do movimento. Quis ir à COP como atividade de pesquisa, mas fui convidada pela organização para prestar apoio a delegação ao longo do evento.

No primeiro dia de trabalho (sexta-feira, 14 de novembro de 2025), encontrei os coordenadores e alguns membros da “juventude” no *Amazon Climate Hub*, casa da ONG Arayara organizada para a COP, em que a Coordenadora de Mulheres da ArpinSudeste, compôs a mesa “Territórios Indígenas na Mira de Grandes Empreendimentos: Do petróleo à mineração”. Na mesa, ela fez um relato sobre sua relação com seu território, a Aldeia

² Aqui vale esclarecimento desse termo amplamente usado dentro do movimento indígena “liderança”. Como comenta João Pacheco de Oliveira (2016): “tal categoria, apesar de sua grande heterogeneidade interna (pois abrangia desde líderes tradicionais até jovens e estudantes), terminava por receber um sentido preciso, determinado por seu reiterado uso - designava todo e qualquer indígena que quisesse falar sobre os problemas, isso é, as necessidades e reivindicações de seu povo ou sua aldeia” (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 277)

Indígena Tereguá, que faz parte da TI-Araribá no município de Avaí, interior do estado de São Paulo. A coordenadora ressaltou a seca dos rios e do solo por impacto principalmente da monocultura de laranja e eucalipto, além de outros empreendimentos na região. Ela trouxe a preocupação de que as novas gerações não têm a mesma experiência de contato com o território que ela teve em sua juventude, não tem o banho de rio e perderam a possibilidade de consumo de alguns alimentos nativos, que não dão mais na terra Tereguá. Esse cenário foi relacionado com a piora da saúde mental dentro das aldeias indígenas, preocupação que a coordenadora repete em muitas de suas exposições. Não somente, buscou-se ressaltar a importância de representação dos biomas Mata Atlântica e Cerrado na COP 30, para além do bioma da Amazônia, a coordenadora considera que esse seria o papel da ArpinSudeste no evento.

Na fala seguinte, uma liderança associada à ArpinSul trouxe uma nova preocupação à mesa: a necessidade de independência do movimento social indígena do atual governo, inclusive do Ministério dos Povos Indígenas. Ele reforçou que em sua experiência o “diálogo sempre favorece o outro lado” e apontou para a necessidade de formulação independente dos protocolos de consulta, no tempo de cada território, lembrando a todos que o protocolo é uma ferramenta para que os empreendimentos aconteçam, e não para que deixem de acontecer. Foi relatado também que as empresas, e até agentes do Estado, chegam ao território oferecendo pequenas compensações (como um campo de futebol ou alguma reforma) e assim atropelam o tempo de formulação adequada dos protocolos em nome da realização de novos empreendimentos. Concluiu sua fala expressando que o movimento indígena precisa voltar a criticar o governo, mesmo em um contexto de um mandato “favorável” à causa indígena, expressando que “o Estado não deixa de ser o Estado”.

Em alguns momentos tive que me retirar da seção para atender à alguma solicitação do coordenador executivo, contudo, o tempo em que pude estar como ouvinte da mesa bastou para me apontar à algumas disputas “internas” ao movimento indígena; com relação a aproximação ao governo e adoção de estratégias de mediação com empreendimentos, como os protocolos de consulta.

Devo, aqui, explicar à que me refiro com o uso do termo “movimento indígena”, tendo como referência o trabalho de Luciano Gersem Baniwa: “é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos” (Baniwa, 2006, p. 58). A ArpinSudeste compõe esse movimento, é uma organização regional vinculada à APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), mas no último ano tem se buscado mais independência, motivados pelo

entendimento de que a dependência da articulação central para a estruturação institucional da regional restringe as possibilidades de atuação e financiamento para os representantes do Sudeste.

Terminada a mesa, ainda de manhã, nos reunimos rapidamente para organizar a agenda da delegação naquele dia, sendo a prioridade a mobilização de recursos que não viessem mediados pela APIB. Parte da coordenação entrou em uma reunião com a direção da ONG Arayara, enquanto eu acompanhei a coordenadora das mulheres e uma jovem na *Ey House* (uma casa que reunia fundos empresariais voltados à reparação ambiental e “desenvolvimento sustentável”), chegamos no final de uma mesa e a intenção era que a coordenadora pudesse se apresentar para alguns profissionais que coordenam projetos voltados para temas ambientais e que talvez pudessem se tornar financiadores da ArpinSudeste. A estratégia do dia era essa, fazer conexões (“networking”) com possíveis parceiros.

Na *Ey House*, organizada pela multinacional *Ernst & Young Global Limited*, estava terminando uma conversa sobre as vantagens econômicas do investimento em projetos voltados à reparação ambiental, em contraste a outros dos espaços da COP, não havia nenhuma outra pessoa indígena presente e logo que entramos a fotógrafa do evento nos parou para tirar uma foto da coordenadora com a jovem que a acompanhava. Conseguimos falar brevemente com um dos palestrantes, que trabalhava com tais projetos de reparação do meio ambiente no Sudeste e, apesar de parabenizar a coordenadora pela iniciativa, não deu seguimento ao contato com a organização e saímos de lá com a sensação de que aquele caminho não valeria a pena. Na saída vi o painel de apoiadores da casa, entre eles: a Companhia Brasileira de Alumínios, Reservas Votorantim, Votorantim Cimentos, Citrosuco³, Vale e *American Chamber of Commerce*.

Nos reunimos novamente para almoçar e os coordenadores que estiveram com a Arayara voltaram muito satisfeitos dizendo que fecharam grande parceria com a ONG, mais tarde eu saberia como foi a reunião. Durante a refeição, tentávamos alinhar uma agenda para a tarde e acabamos nos dividindo novamente: eu fui conhecer a *GreenZone* e as organizações lá presentes, os coordenadores foram à Casa do Sul Global (*The Global South House*) fazer

³ Curiosamente, a Citrosuco é uma das grandes produtoras de suco de laranja no Brasil, com plantas no interior de São Paulo (CITROSUCO. *A Citrosuco*. Disponível em: <https://www.citrosuco.com.br/a-citrosuco/>. Acesso em: 30 jun. 2026.). Como colocou a coordenadora poucas horas de estar na Ey House, as monoculturas de laranja tem direto impacto na degradação das terras na TI-Araribá.

relacionamento com ONGs que estavam compondo painéis durante o dia sobre financiamento climático para comunidades tradicionais⁴.

A partir dessa primeira experiência, começamos a desenhar a dinâmica de realização da COP. A “Conferência das Partes”, ocorre de fato em arena organizada pela ONU em território que se torna internacional durante o evento; A *BlueZone* é a zona de negociação, de acesso restrito às pessoas credenciadas em que se deve entrar com passaporte, apenas dois membros da ArpinSudeste foram credenciados e pouco frequentaram a área. A *GreenZone* fica em frente à zona internacional, mas é aberta ao público e reúne uma série de “expositores” tratando da agenda climática: grandes empresas, embaixadas, fundos de captação, ministérios do governo brasileiro, ONGs, etc. montaram seus *stands* e promoveram, uma agenda própria. Nessa zona a presença indígena foi bastante marcante, muitas pessoas ocupavam os corredores vendendo artesanatos, biojoias e oferecendo pinturas corporais.

Paralelamente, a cidade de Belém foi tomada por lugares em que esses mesmos agentes montaram suas atividades independentemente da agenda oficial da COP, os chamados *side-events*, era o caso da *Ey House (Ernst & Young Global Limited)*, do *Amazon Climate Hub* (Arayara) e da *The Global South House (Alianza Socioambiental Fondos del Sur* e Rede Comuá). Havia diversas “casas” como essas organizados pelas mais diversas instituições que buscavam fazer incidência nas discussões sobre o clima. Para além, a Cúpula dos Povos acontecia no campus da UFPA e o MPI tinha sua agenda própria na Aldeia COP. Sendo assim, parecia impossível acompanhar de fato as discussões da conferência, não havendo uma agenda unitária, mas sim uma multiplicidade de eventos promovidos pelos mais diversos atores.

Voltando ao nosso almoço, observo que o caráter disperso do evento dificultou a atuação da ArpinSudeste desde o primeiro momento. Quando nos encontramos na estação das docas, a agenda da tarde estava completamente em aberto (assim como dos próximos dias) e diante de tantas atividades paralelas parecia difícil definir como fazer “uma representação indígena que importasse”, nos termos discutidos em nossas reuniões. Passamos o dia nos dividindo em pequenos grupos, tentando dar conta de estar em muitos lugares e “marcar presença” em ciclos distintos. Enquanto isso, grande parte da delegação ficou na Aldeia COP,

⁴A programação era: “*From the Territory to the Territory: The Power of Funding Local Voices*” composta pelo Fundo Baobá e Coletivo Pretas Paridas de Amazônia e “*Financing Communities Through Solutions and Experiences: from the Savannas and the Pantanal with Global Impact*” composta por membros do Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN, Central de Mujeres indígenas Chiquitanas de Bolivia, Alianza Socioambiental Fondos Del Sur/Fundo Tindzila, Fondo Emerger, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), comité de gestión local del área Protegida Bosque Pedagógico Los Piyos – Bolívia. (THE GLOBAL SOUTH HOUSE. 14. Friday. Disponível em: <https://theglobalsouthhouse.com/en/14-friday/>. Acesso em: 30 jun. 2026.)

não sei se participaram ou não das atividades organizadas pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI). No final da tarde, fui ao acampamento me reencontrar com os coordenadores para um balanço do dia e planejamento para o fim de semana.

A Aldeia COP foi um espaço montado pelo Ministério dos Povos Indígenas para receber as delegações indígenas em Belém. O espaço era uma escola adaptada para receber as organizações, que se dividiam entre os prédios, pátios e salas de aula. A ArpinSudeste se acomodou em um corredor com algumas salas, fazendo fronteira com a delegação da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), outra regional da APIB que também representa o Sudeste e por vezes, inclusive, disputa a representação de aldeias no estado de São Paulo e os recursos direcionados pela APIB com a ArpinSudeste. Essa disputa por espaço chegou a se repetir dentro da aldeia COP, em conflito entre representantes das duas organizações pela ocupação de uma ou outra sala de aula.

Fizemos nossa reunião no corredor, eu compartilhei minhas impressões da *GreenZone* e pontuei alguns eventos que me pareceram interessantes para a agenda da delegação (tarefa que tinham me atribuído pela manhã), incluindo programação dentro e fora das zonas oficiais do evento: oficinas sobre protocolos de consulta, atividades de confraternização para a juventude na aldeia, roda de conversa para mulheres indígenas e plenárias na cúpula dos povos, uma seleção abrangente.

Diante desse cenário, a ArpinSudeste encontrava um impasse: Por um lado, os objetivos internos de estruturação institucional da articulação e financiamento que pareciam implicar o “networking” com as organizações do terceiro setor e fundos de filantropia vinculados a grandes corporações, mas existia um incômodo e uma preocupação com uma representação vazia nesses espaços, queriam circular em ambientes em que as lideranças tivessem participação efetiva e não endossar a agenda montada na conferência do clima pelos mesmos empreendimento que ameaçam seus territórios. Por outro, a agenda maior do movimento indígena organizado (pela demarcação das terras indígenas, contra a exploração do petróleo no Brasil, contra o marco temporal e etc.) que implicava compor as marchas pelo clima e outras manifestações organizadas para contestar a posição do atual governo e pressionar as negociações na arena da ONU, mas que não parecia gerar oportunidades para estruturação da articulação de forma independente da APIB.

A programação ficou em aberto e os coordenadores passaram a relatar como tinha sido a reunião com a diretoria da Arayara. A ONG atua em duas frentes: ativismo por transição energética e combate à combustíveis fósseis e defesa de ativistas climáticos que sofrem ameaças. O contato entre Arayara e ArpinSudeste era anterior a COP, e eu já tinha

visto representantes da organização em outros eventos. Havia, então, uma expectativa grande pelo apoio e financiamento que poderia vir através dessa parceria, mas até o momento isso não tinha se concretizado.

O coordenador geral da ArpinSudeste relatou para a diretora da ONG sobre a relação do seu povo Tupi-Guarani com o mar. O coordenador é da aldeia Tapirema que faz parte da Terra Indígena Piaçaguera, homologada no litoral norte de São Paulo (município de Peruíbe), e contou na reunião sobre um sonho que teve, em que sua mãe o lembrava que a palavra de seu povo para “mar” correspondia a “avô das águas”, ele usou a palavra “cosmovisão” para explicar o carinho especial de seu povo quanto ao “bioma mar”, como ele colocou. De acordo com aqueles que estavam presentes no encontro, a diretora da ONG se emocionou com o relato e por isso saíram tão seguros da parceria.

Para uma organização em processo de estruturação, essa reunião foi de grande importância. A articulação encontra dificuldades significativas para captação de recursos, apenas uma pessoa é responsável pelas atividades de secretariado e contabilidade de toda organização e não recebe por isso. A falta de um corpo técnico que se dedique às atividades administrativas é um problema para o recebimento de recursos, visto que esse tipo de estrutura é uma exigência em muitos dos editais para os quais poderíamos submeter os projetos da ArpinSudeste. Muitos possíveis financiadores, para ilustrar, exigem um CNPJ ativo e regular; a ArpinSudeste demorou quase dois anos para conseguir seu CNPJ (lembro da abertura desse processo estar na pauta da primeira reunião da coordenação que assisti, em 2024, e apenas no final do ano passado a documentação foi efetivada).

Nessa reunião de 2024, a primeira questão que teve que ser resolvida com relação a abertura do título de pessoa jurídica foi a nomeação de um representante legal, em uma organização que trabalha com horizontalidade. Depois, encontrou-se muita dificuldade em localizar um contador que colaborasse com os coordenadores, que estão em municípios distintos e não poderiam estar juntos para assinatura de documentos e reuniões presenciais. Ainda, precisávamos garantir que depois de aberto o CNPJ pudessemos pagar as devidas taxas todos os meses. Com o documento em mãos, o contador desistiu de colaborar com a ArpinSudeste por conta das dificuldades de se comunicar com o representante legal escolhido dois anos antes. Esse tipo de dificuldade para realização de procedimentos burocráticos requeridos para o formato legal de associação refletem um problema observado por Gersem Baniwa:

O modelo de organização social, no formato de associação institucionalizada, não respeita o jeito de ser e de fazer dos povos indígenas. Os processos administrativos, financeiros e burocráticos, além de serem ininteligíveis à racionalidade indígena, confrontam e ferem os valores culturais dos seus povos, como o de solidariedade, generosidade e democracia. O modelo hierarquizado de uma diretoria de associação formal, por exemplo, além de criar conflitos de poder dentro da comunidade indígena, cria também diferenciações sociais e econômicas e fragiliza o valor da democracia horizontal, na qual o poder de decisão é um direito inalienável de todos os indivíduos e grupos que compõem a comunidade. O modelo associativo geralmente entra em conflito com os modos tradicionais de organização social, política e econômica da comunidade ou do povo indígena e são pouco compreensíveis para as comunidades, impedindo qualquer apropriação consciente e qualificada desse instrumento. No entanto, é o único caminho para o acesso a recursos públicos ou da cooperação internacional. (Baniwa, 2006, p. 82)

Essa observação do autor é absolutamente central para compreensão do movimento indígena no Brasil. Além das questões burocráticas, o autor destaca a emergência de conflitos internos mediante a hierarquização de uma organização indígena, o que também já vi acontecer no contexto da APIB.

Depois desse primeiro dia, a coordenação decidiu por a compor a agenda coletiva do movimento social indígena. Isso não foi falado em nossa reunião, mas me parece que a decisão veio por dois fatores: Primeiro, os coordenadores que se reuniram com a direção da Arayara voltaram bastante seguros da parceria e assim se tranquilizaram quanto a entrada de recursos na organização; Segundo, a frustração de estar em espaços como a *Ey House* em que não se sentiram ouvidos e viram ali os responsáveis pela degradação de suas terras.

O sentido das Conferências sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Mudanças Climáticas:

A história das conferências sobre o clima tem relação direta com o que se construiu enquanto Desenvolvimento. Com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) e outros mecanismos de governança global (como o Fundo Monetário Internacional - FMI) centrados na hegemonia estadunidense pós-Segunda Guerra Mundial, consolidou-se uma concepção produtivista de progresso forjada no discurso desenvolvimentista (Svampa, 2023). Os anos 60 foram declarados pela ONU como a “Década do Desenvolvimento”, partindo do paradigma de produtivismo e crescimento econômico que implicou a expropriação dos territórios, do trabalho e dos “recursos naturais” do Sul Global, de forma a moldar economias de commoditizadas e de industrialização primária. “Desenvolvimento”, então,

assumiu um valor não somente ligado ao modo de vida ocidental, mas também à organização global do modo de produção capitalista.

a ideia hegemônica de desenvolvimento é produto da convergência entre um paradigma extrativista, associado à reprimarização e à commoditização da economia, e uma visão tradicional, cujo traço saliente continua sendo o produtivismo e a competitividade sem freios, conceitos apenas rejuvenescidos pela utilização sempre oportuna e escorregadia de certas categorias globais (sustentabilidade, RSE, governança). Assim, o atual cenário ilustra não apenas um persistente vínculo entre extrativismo e neoliberalismo, expresso de maneira emblemática por Peru, Colômbia ou México, como também entre extrativismo e governos progressistas, como ocorreu na Bolívia, no Brasil, no Equador e na Argentina, entre outros países. (Svampa, 2023, p. 377)

Na América Latina, a crítica dos setores progressistas ao caráter imperialista do projeto desenvolvimentista se traduziu em um discurso de um “desenvolvimento para dentro”, em que a chave para soberania dos países sul americanos estaria na mesma exploração dos “recursos naturais” e economia de commodities, mas que o crescimento econômico ficasse dentro dos países para resolver com soberania o problema do subdesenvolvimento⁵.

Contudo, com os crescentes alertas das comunidades tradicionais e da ciência do clima, a preocupação com as mudanças climáticas se tornou incontornável e passou a fazer parte da agenda desses mecanismos de governança global atravessados pelo desenvolvimentismo. De acordo com Maristella Svampa, a ideia de “Desenvolvimento Sustentável” foi forjada a partir das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente: primeiro a Conferência de Estocolmo (ECO-72), que cria o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e começa a esboçar elementos que mais tarde comporiam a ideia de “desenvolvimento sustentável”, sem romper, contudo, com a noção de progresso como crescimento ilimitado; depois, o Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é responsável por popularizar efetivamente a expressão "desenvolvimento sustentável"; e, por fim, a Conferência do Rio de Janeiro (ECO-92), consolida o tema na agenda internacional e sua forma jurídica na Declaração do Rio (1992) (Svampa, 2023). A incorporação da agenda do clima sob o

⁵No Brasil, os royalties do petróleo são exemplo desse discurso; a comprovada necessidade de interrupção de queima de combustíveis fósseis fica menor frente ao interesse de exploração do petróleo e diz-se que os royalties seriam a forma de mitigar os efeitos ambientais e sociais dessa indústria, em nome da soberania e desenvolvimento nacional.

paradigma desenvolvimentista das Nações Unidas representa a vitória do produtivismo sob os limites planetários, como analisa a autora:

Para além da evidente complexidade, devido à disputa político-ideológica desencadeada em torno de sua definição e seus alcances, era claro que o conceito de desenvolvimento sustentável **diferia conforme os variados entendimentos sobre a relação entre homem e natureza, entre crescimento e meio ambiente**. Nessa linha, existem duas visões polarizadas: por um lado, aquela que defende um enfoque ecocêntrico ou biocêntrico da relação homem/natureza, destacando a deterioração do meio ambiente e a finitude dos recursos naturais; por outro, aqueles que, a despeito das reformulações realizadas e das críticas ao mito do crescimento, continuam defendendo uma visão antropocêntrica e priorizam o desenvolvimento sobre o meio ambiente. **Os avatares do paradigma do desenvolvimento sustentável marcaram o triunfo de uma concepção antropocêntrica ao estabelecer a coexistência entre crescimento, desenvolvimento e ambiente**. (Svampa, 2023, p. 178 - destaque autoral)

Sobre a Conferência realizada no Brasil em 1992 (ECO-92), João Pacheco de Oliveira no texto *Regime Tutelar e Globalização: Um exercício de Sociogênese dos Atuais Movimentos Indígenas no Brasil* (2016) a coloca como um marco na história do movimento indígena organizado. O autor observa que o tratamento estatal relativo às terras indígenas se transforma de modo significativo a partir de 1991, quando a perspectiva de o Brasil sediar a ECO-92 pressiona os órgãos governamentais a acelerar a demarcação de terras indígenas e a autorizar diversos projetos de preservação ambiental (inclusive aqueles que se sobrepõem a terras indígenas) construídos em parceria com agências multilaterais como o Banco Mundial (Pacheco de Oliveira, 2016). Nesse cenário:

progressivamente o governo brasileiro veio a se integrar aos foros internacionais que operam com a compatibilização de Proteção Ambiental e desenvolvimento. **Sobre a ótica de uma macropolítica planetária, as áreas indígenas passaram a ser pensadas como importantes unidades de conservação**. (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 280-281 - destaque autoral)

O autor também ressalta a decisão, pós-ECO-92, das agências financiadoras por destinar os recursos diretamente às comunidades e aos projetos locais. Isso, somado ao crescimento do interesse nas terras indígenas, foi um marco para o incentivo à institucionalização formal das organizações indígenas e o crescente diálogo dessas associações com o terceiro setor e governo (Pacheco de Oliveira, 2016). Tudo isso nos ajuda

a compor o contexto da realização, pela segunda vez, de uma Conferência das Nações Unidas no Brasil, desta vez a Conferência das Nações Unidas sobre *Mudança do Clima*.

A conferência que ocorreu no Brasil foi projetada como a COP que retomaria a participação civil. A realização do evento na Amazônia, somada à proposição do governo brasileiro de um *mutirão* pelo clima, foram gestos simbólicos para que a agenda do clima tivesse mais protagonismo do Sul Global. Como prometeu o Ministério dos Povos Indígenas, foi a conferência com maior número de pessoas indígenas credenciadas para entrar na área restrita da ONU⁶, além de ter sido marcada do início ao fim por manifestações do movimento indígena, incluindo o fechamento da entrada da COP e invasão do pavilhão principal.

Considerações Finais:

Tenho trabalhado com a hipótese de que o paradigma de desenvolvimento que atravessa, simultaneamente, a governança climática global, aqui representada pelo sistema das Nações Unidas, e as políticas indigenistas do Estado brasileiro se acumula nas estruturas administrativas e financeiras por meio das quais a ArpinSudeste (e outros movimentos sociais de base comunitária) busca sua estruturação formal e jurídica. As dificuldades enfrentadas pelas organizações indígenas para obter e manter um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) são um exemplo desse processo, assim como os impasses para participação em um evento como a COP e as dificuldades para acessar e gerir recursos de fundos filantrópicos, tema que tem ocupado posição central nos espaços de debate sobre a agenda climática e, inclusive, fez parte da chamada da APIB para a COP: “Garantir o financiamento climático aos povos indígenas é fomentar resultados reais na mitigação das questões climáticas”⁷.

Em seu texto, Pacheco de Oliveira formula o seguinte questionamento: "Em que medida esse novo contexto internacional [ECO-92; financiamento direcionado para comunidades e projetos locais] vai efetivamente favorecer o surgimento de uma nova política

⁶ A delegação indígena do Brasil foi de 360 participantes credenciados, de acordo com nota do Ministério dos Povos Indígenas. (BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. MPI garante a maior delegação indígena da história das COPs. Brasília, DF, 22 set. 2025.

<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/mpi-garante-a-maior-delegacao-indigena-da-historia-das-cops>. Acesso em: 30 jun. 2026). No total, foram 900 indígenas credenciados de diferentes países. (G1 PARÁ. UFPA vai sediar "Aldeia COP" para abrigar mais de 3 mil indígenas durante a COP30 em Belém. 10 nov. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/11/10/aldeia-cop-e-montada-para-abrigar-ate-3-mil-indigenas-durante-a-cop30-em-belem-diz-ministerio.ghml>. Acesso em: 30 jun. 2026)

⁷ APIB (@apiboficial). **Na próxima segunda-feira começa a COP30. A expectativa é grande para este momento, que será dos mais importantes para os defensores do clima e das florestas.** [Instagram], 3 nov. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DQw4mgijyv/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

indígena, ou se limitará a modular por uma nova retórica a antiga estrutura clientelística do indigenismo, só o tempo permitirá ver" (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 282). É interessante que o autor tenha formulado essa questão há uma década, o contexto atual nos oferece a oportunidade de reavaliá-la à luz das transformações nos acordos globais quanto ao clima, levando em consideração as decisões tomadas na COP 30 e como afetarão a opinião pública internacional quanto a administração das terras indígenas.

Aqui começam a se delinear de maneira mais evidente as possíveis articulações entre o paradigma hegemônico desenvolvimentista, a governança climática das Nações Unidas, o direcionamento das políticas ambientais e indigenistas pelo Estado brasileiro, os critérios estabelecidos pelas agências de financiamento climático e os processos de estruturação do movimento indígena organizado. Pretendo com o andamento dessa pesquisa investigar essas relações, partindo do cotidiano de uma articulação indígena em processo de estruturação e sua participação nos espaços de incidência sob a agenda climática e assim seguir a trilha do emergente “financiamento climático” que tem sido determinado pela cooperação internacional.

Referências Bibliográficas:

LUCIANO, Gersem dos Santos Baniwa. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SVAMPA, Maristella. Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. São Paulo: Elefante, 2023.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2016. “Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogênese dos atuais movimentos indígenas no Brasil”. In: O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 265-288.